

ACTAS DEL XII CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR

TOMO 3 **TÉCNICAS
ARCHIVÍSTICAS**



RED de ARCHIVEROS
graduados de Córdoba

XII Congreso de Archivología del Mercosur

"Archivos y Archiveros en la Sociedad del Conocimiento"

Sofia Y. Brunero
Mariela A. Contreras
Florencia Moyano
Juan Thomas
Compiladores



Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Actas del XII Congreso de Archivología del MERCOSUR / Angelly Arancibia Noriel ... [et al.] ; compilado por Sofía Brunero ... [et al.]. - 1a ed . - Córdoba : Redes, 2017.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-46377-3-4

1. Archivología. 2. Gestión de Archivos. 3. Acceso a la Información. I. Arancibia Noriel, Angelly II. Brunero, Sofía, comp.
CDD 027

Fecha de catalogación: octubre 2017

Compiladores: Sofía Y. Brunero, Mariela A. Contreras, Florencia Moyano, Juan Thomas.

Diseño de portada: Noelia Garcia



Redes

Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba

Mail: editorial.ragcba@gmail.com

Página web: redarchiveroscordoba.com/editorial/redarchiveroscordoba.com



El acceso a los archivos en la sociedad del conocimiento. Apreciaciones desde la Argentina del siglo XXI, por REDES – Editorial de la RED DE ARCHIVEROS GRADUADOS DE CORDOBA se distribuye bajo una Licencia Creative Commons Atribución – No Comercial – Sin Obra Derivada 4.0 Internacional.

ISBN 978-987-46377-3-4



9 789874 637734

Eje Temático
Técnicas Archivísticas

Coordinadora: Ana Celia Navarro de Andrade (Brasil)

Relatora: Sofia Y. Brunero (Argentina)

Mauricio Vázquez Bevilacqua (Uruguay):

Archivos y archivología en américa latina: una aproximación empírica.----- pág. 5

Vicent Giménez-Chornet, José Rodolfo Hernández-Carrión y Rafael Soler-Muñoz (España):

Planteamientos sistémicos para una gestión eficiente de los archivos. ----- pág. 20

Renato De Mattos (Brasil):

Império sobre papéis: análise tipológica dos documentos administrativos do governo joanino (1808-1821).----- pág. 34

Fernanda Bouth Pinto y Clarissa Schmithdt (Brasil):

Classificação Funcional X Classificação por assunto: análise de metodologias para classificação de documentos no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI/FIOCRUZ.----- pág. 45

Thiago Henrique Bragato Barros y Glenda da Rocha Monteiro (Brasil):

Classificação e Descrição Arquivística enquanto um processo de representação: Histórico, Princípios e Procedimentos.----- pág. 61

Daniel Di Mari (Argentina):

La importancia de proponer Tablas de Conservación y Destino Final en Archivos Públicos.--- pág. 78

Thiago Henrique Bragato Barros y Wanessa Rodrigues Martins (Brasil):

A sociolinguística e a função finalística da representação do conhecimento arquivístico: uma abordagem teórico-conceitual inicial.----- pág. 92

Emiliano Patetta (Uruguay):

Desafíos de la primera experiencia profesional entre la teoría y la práctica.----- pág. 102

Georgina Virginia Ferrara y Daniela Paula Rodriguez (Argentina):

¿Archivos de redacción o Centros de Documentación Periodística? La importancia y problemáticas de su tratamiento archivístico.----- pág. 114

Maria de Fátima Cruz Corrêa, Evelin Mintegui (Brasil):

Vantagens da metodologia de identificação arquivística na construção de planos de classificação.----- pág. 131

Alexandre Faben, Ana Célia Rodrigues (Brasil):

Identificação arquivística como metodologia para o estudo da gênese do documento cartorial: análise tipológica aplicada ao tratamento técnico de registro civil de óbito.----- pág. 142

Evelin Melo Mintegui, Bruna de Ávila da Silva (Brasil): <i>A aplicação da metodologia de identificação arquivística na criação de um plano de classificação - o caso do ogmo de rio grande.</i> -----	pág. 154
Lucía Rincón Linos (Argentina): <i>Abordaje de un Tipo Documental no convencional: Identificación, Análisis y Sistematización de datos.</i> -----	pág. 164
Leticia Joaquin (Argentina): <i>Procedimientos para el tratamiento del material de archivo incluido dentro de colecciones de libros: el caso Floreal Ferrara en la Biblioteca Nacional Mariano Moreno.</i> -----	pág. 181
Roberta Pinto Medeiros (Brasil): <i>Descrição e difusão arquivística: relato da experiência do tratamento de uma coleção de rótulos de pescado.</i> -----	pág. 196
María Eugenia Mena Concha, Natalia Ríos Martínez (Chile): <i>Método de Diagnóstico de Estado de Conservación del Fondo Colonial Real Audiencia, del Archivo Nacional de Chile.</i> -----	pág. 207
Maria Lúcia Ricardo Souto, Rosanara Pacheco Urbanetto (Brasil): <i>A preservação documental no arquivo histórico de Porto Alegre sob a ótica do gerenciamento de riscos.</i> -----	pág. 220
Andrea Gonçalves dos Santos (Brasil): <i>O acesso e difusão da memória institucional através da descrição arquivística e do software libre.</i> -----	pág. 235

VANTAGENS DA METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA CONSTRUÇÃO DE PLANOS DE CLASSIFICAÇÃO

Maria de Fátima Cruz Corrêa¹

Evelin Mintegui²

RESUMO:

O presente artigo destaca a importância da metodologia de identificação arquivística empregado como base científica na construção de planos de classificação, quanto ao objetivo geral consiste em examinar como a metodologia de identificação é aplicada na construção de planos de classificação, para tanto foi necessário analisar dois planos de classificação funcionais, quanto ao uso desta metodologia, elucidar o processo destes dois planos e identificar a apropriação de conceitos da identificação arquivística sob os parâmetros da diplomática contemporânea. O artigo justifica-se, pois as reflexões e discussões sobre a identificação e a classificação arquivística, contribuem para o enriquecimento teórico da pesquisa na arquivologia. Na metodologia foi realizado levantamento bibliográfico, fichamentos e entrevista, o que oportunizou um maior conhecimento da metodologia, sobre, os resultados obtidos evidencia-se as vantagens de um plano de classificação elaborado com esta metodologia, pois concebidos a partir de parâmetros normatizados agregam cientificidade as atividades arquivísticas colaborando para a formação do arquivista contemporâneo.

Palavras chave: Experiências. Identificação. Classificação arquivística. Diplomática

1- INTRODUÇÃO

Os documentos, desde sempre fizeram parte do cotidiano do ocidente e configuram-se como instrumentos essenciais para a administração da vida das organizações e das pessoas, fornecendo informações que atestam direitos e deveres, ajudando a construir realidades e histórias de pessoas e instituições. A classificação arquivística, nesse sentido, atua como uma primeira operação que dará subsídio às demais etapas de tratamento que permitirão que os arquivos possam contribuir com tais realidades.

Neste sentido, o presente trabalho se insere no âmbito da determinação de adequação da construção do plano de classificação arquivística, focando-se na metodologia de identificação arquivística, procurando verificar as vantagens de sua aplicação.

¹ Graduada em Arquivologia e especializanda em Arquivos Permanentes - Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Email: marfat@hotmail.com.br

² Professora Assistente- Universidade Federal do Rio Grande – FURG, doutoranda em Ciência da Informação – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Deste modo, a seguir apresenta-se o referencial teórico, após a metodologia, seguida pelos resultados e discussões e por fim as considerações finais.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

Para a construção deste referencial teórico foram compilados conceitos de autores da arquivística pertinentes aos temas de gestão de documentos, classificação e metodologia de identificação arquivística.

Assim, segundo Bueno (2013). Os arquivos do século XX, ao contrário dos séculos anteriores, passaram a possuir características de expansão e de diversificação das fontes produtoras ligando-se mais à administração, à diversidade de suportes, à multiplicação da produção documental e à ampliação do universo de usuários, destacando a importância da gestão documental.

Deste modo Lhansó I Sanjuan (1993, p. 37, 38) afirma que gestão documental pode ser entendida como: “[...] período compreendido entre la creación de documentos y su eliminación o transferencia a una institución de Archivos.” argumentando logo em seguida: “[...] aplicación de lá administración científica com fines de eficiencia y economia, siendo considerados lós beneficios para ls futuros investigadores meros subproductos [...]”.

Neste contexto tem-se que o documento surge com a finalidade de apoio às atividades administrativas de um órgão e para que cumpra o seu papel ele precisa estar acessível sempre que dele se precisar, uma das funções arquivísticas que contribui para a acessibilidade é a classificação.

Portanto, a classificação consiste numa tentativa de representação ideológica das informações contidas nos documentos. Cabe destacar que a classificação de documentos é um procedimento técnico arquivístico que está a serviço da organização de documentos em uma instituição. (LOPES, 2009).

Ou seja, a arquivologia é uma disciplina voltada para a gestão documental e informacional, sendo assim, pode-se inferir que esta se relaciona com a ciência da informação, compreendida, então como uma ciência interdisciplinar. Desta forma entende-se que a gestão documental impulsionou a história da arquivística, contribuindo para a redução da massa documental produzida e acumulada.

É neste cenário de expansão da gestão documental que arquivística aproxima-se da diplomática novamente, mas agora não da clássica, mas sim da diplomática Contemporânea, ou tipologia documental cujas bases teóricas e metodológicas passaram a serem usadas na compreensão dos documentos contemporâneos.

Deste modo, Bellotto (2014) acrescenta ser imprescindível para a formação de um arquivista, a disciplina de diplomática, pois de acordo com a autora, ela encontra-se na base do trabalho deste profissional, ou seja, os documentos, que compõem os arquivos, acrescentando que a diplomática permite se compreenda o vínculo arquivístico, isto é, o elo que une o documento ao produtor e aos outros documentos do seu conjunto, e consegue explicar o quanto um documento de arquivo é a prova do por que da existência das atividades e funções dentro das instituições.

Desta forma a diplomática contemporânea revisitada pela arquivologia, descobre na identificação arquivística novo espaço para o embate científico em torno dos tipos documentais dos documentos arquivísticos.

Neste panorama, nota-se, que as premissas promulgadas por Mabilon, ainda hoje continuam com seu caráter descritivo, analítico e investigativo. No que, Rodrigues (2008) ressalta que:

A diplomática passou a ser valorizada e aplicada à análise de documentos organicamente acumulados em arquivo, dando suporte para as discussões sobre a construção científica da arquivística [...] A inserção desta nova perspectiva da diplomática no campo da arquivística, denominada diplomática contemporânea ou tipologia documental, possibilitou a implementação de um processo de normalização de parâmetros metodológicos para compreender e tratar o documento de arquivo. (RODRIGUES, 2008, p. 13)

Assim, surge no âmbito arquivístico a identificação, que segundo Rodrigues (2008, p. 48) tem o seguinte conceito: “[...] designar as tarefas de pesquisas realizadas para resolver o problema posto”. Grupos de trabalho se formaram em países ibero-americanos, a fim de propor soluções para os arquivos. Percebe-se desta forma que a história arquivística, adquiria neste momento um novo marco, dando início a uma nova tradição.

Deste modo, segundo Rodrigues, (2008) muitas das inovações que surgiram neste período são resultantes desses experimentos, realizados no âmbito de sistemas de arquivos na Espanha, e que originaram estudos teóricos e práticos.

Logo, nota-se que os resultados da metodologia de identificação, sob os parâmetros da diplomática contemporânea são relevantes gestão arquivística, no sentido de que agregam vantagens as funções arquivísticas especialmente a classificação, pois em sendo uma metodologia que acrescenta padronização e normatização aos planos de classificação, permite mais cientificidade a esta função (RODRIGUES, 2008).

De acordo com Mello (2013), após a publicação dos trabalhos apresentados nas “Primeras Jornadas de lá identificación Y Valoración de Fondos Documentales de las Administraciones

Publicas”, 1991, percebe-se que na Espanha a metodologia de identificação é definida como uma sistematização dos conjuntos documentais arquivísticos e administrativos, tendo como meta afiançar a estimativa das séries documentais.

Salienta-se assim, a profícua contribuição da identificação para a construção dos planos de classificação. Nesta perspectiva, entende-se que o procedimento de identificação parte do estudo dos elementos constitutivos dos documentos, da relação destes com o ato que o gerou, do conteúdo que os ligam com as competências, funções e atividades e a relação posta com o órgão produtor.

Segundo Rodrigues (2008) para o estudo de órgão produtor é necessário coletar dados que são obtidos através da própria documentação do órgão e da legislação, conforme a autora propõe: [...] Essas fontes podem variar de acordo com as características do fundo a ser tratado. O estudo dos documentos legais de órgãos públicos relacionados à sua estrutura e funcionamento, permite o conhecimento das competências, funções e atividades que ficaram registradas nos tipos documentais produzidos. Para completar os procedimentos de identificação de órgão produtor, pode ser necessária a realização de entrevistas com os responsáveis pelo desenvolvimento dos procedimentos administrativos do órgão que está sendo estudado (RODRIGUES, 2008, p. 71).

Segundo Mello (2013), no Brasil em torno de 1970, começava as primeiras movimentações no sentido de se procurar soluções para a problemática da acumulação documental no âmbito da administração pública, neste panorama o termo identificação surgia como uma ferramenta nova.

Logo, pode se mencionar, que a metodologia de identificação no País ainda tem um longo caminho a percorrer, até que seja definitivamente estabelecida com seus propósitos ideais.

Cumpra aqui ressaltar que o caráter inovador deste artigo, pois esta metodologia no Brasil tem sua aplicabilidade inovadora pouco utilizada e bem menos ainda divulgada, principalmente nos arquivos públicos, onde as vantagens seriam profícuas.

Assim, utilizam-se os embasamentos teóricos e metodológicos da diplomática contemporânea e propõe-se a exposição da identificação arquivística como instrumento para explicitar os procedimentos do tratar os documentos e do elaborar um plano de classificação.

Conforme Rodrigues (2008) a identificação arquivística é uma tarefa de pesquisa científica sobre a gênese documental, ou seja, uma análise crítica e funcional quanto aos elementos internos e externos dos documentos arquivísticos que permitem a identificação do órgão produtor, do elemento funcional e das tipologias documentais e possibilitam a construção de um plano de classificação sob uma base científica.

Tendo em vista o estudo comparativo, realizado entre dois planos de classificação no âmbito dos Arquivos Públicos em que um utilizou a metodologia de identificação em sua construção e o outro não a utilizou se apresenta as seguintes considerações.

De acordo com Souza (2012), a classificação arquivística é uma função basilar na gestão de documentos, e conseqüentemente um plano de classificação é o produto de uma operação classificatória, portanto, analisa-se assim o esteio das funções arquivísticas.

Desta forma apresenta-se a seguir a metodologia utilizada no presente artigo.

3- METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa, algumas etapas foram pensadas e desenvolvidas no transcurso desta pesquisa que incidiram primeiramente na seleção e escolha do tema, da pesquisa, após, passou a etapa teórica e posteriormente a etapa metodológica aplicada.

Assim, em uma primeira etapa, procedeu-se a escolha e pertinência do tema, a discussão a cerca da problemática da pesquisa, o objetivo geral a ser alcançado e os objetivos específicos como também a reflexão a respeito da justificativa da pesquisa. No âmbito da etapa teórica, foi realizado levantamento bibliográfico e revisão da literatura, foram realizados fichamentos e leituras.

Buscou-se assim a construção de um referencial teórico com a finalidade de reunir informações necessárias referentes aos métodos e teorias da função arquivística de identificação, classificação, e elaboração de planos de classificação, sob os domínios e parâmetros da tipologia documental, com o propósito de obter subsídios para a formação de um conhecimento mais específico.

A etapa metodológica aplicada ancorou-se na etapa teórica, para fundamentar e entender os fundamentos dos procedimentos e métodos usados na construção dos planos de classificação.

Nesta etapa partiu-se para a delimitação da pesquisa, onde o universo escolhido situa-se na apreciação de dois planos de classificação existentes, visando verificar os benefícios ou não do uso da metodologia de identificação. Sendo assim o recorte estabelecido se fixaram na análise dois planos de classificação, no qual foi um desses planos utilizou a metodologia de identificação arquivística e no outro esta metodologia não foi usada.

Deste modo, os procedimentos metodológicos adotados para efetuar a crítica pretendida consistiram em examinar os seguintes elementos: processo de construção, tipo de classificação.

Considera-se importante salientar as dificuldades existentes na literatura arquivística nacionais sobre o tema, sendo assim, foi necessário, então, recorrer à literatura internacional, e comparecer a uma oficina, acompanhada da orientadora, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS).

Para esta pesquisa os instrumentos de coleta de dados utilizados foi à análise bibliográfica (ou de fontes relacionadas), o fichamento de citações e a entrevista.

Assim, para atingir os objetivos da pesquisa, utilizou-se a coleta de dados, como também buscas de referências em diversas fontes, tais como, livros de arquivologia, artigos e teses acadêmicas sobre diplomática, identificação arquivística, gestão documental, classificação de documentos, visitas a sites na web e pesquisas realizadas no Google, e no portal capes como também visitas à biblioteca da FURG, e ao APERS.

Nesse sentido, após efetuar a coleta de dados, partiu-se para a análise de dados coletados.

Portanto, essa pesquisa fundamentou-se em conceitos e estudos já desenvolvidos por outros pesquisadores e autores que proporcionaram suporte para a contextualização da problemática relativa ao objeto pesquisado, e articulação da coleta de dados, para atingir os objetivos propostos.

Como preponderante na construção da pesquisa ressalta-se a entrevista (Apêndice A), de acordo com o Termo de Consentimento (Apêndice A), realizada no APERS com a arquivista, que exerce o cargo no APERS, há 24 anos, formada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e que participou da elaboração do plano de classificação do SIARQ-RS.

Desta forma passa-se a discorrer sobre o resultado e discussões do presente artigo.

4-RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção demonstra-se a construção dos planos de classificação selecionados e analisados.

O plano de classificação do APERS, não utilizou a metodologia de identificação arquivística e foi concebido com duas grandes funções. A primeira grande função (1- Função: Desenvolver diretrizes e políticas de fomento e desenvolvimento econômico, social e cultural) que se refere às atividades e competências para órgãos que pensam no estado e desenvolvem diretrizes para outros órgãos do próprio governo, portanto políticas de fomento e captação de recursos. Já a segunda grande função (2- Função: Gerenciar as atividades administrativas, financeiras e jurídicas que dão sustentabilidade à administração pública) se refere basicamente a base executória (atividade meio), patrimônio, finanças e execução jurídica.

A terceira função (3- Desenvolver diretrizes e políticas de Justiça e Segurança Pública) existente no plano surge em função do excelente retorno da segurança pública, ou acrescenta, porque não se obteve retorno das outras, enfim, o que se classifica nesta função são especificamente conjuntos documentais referentes a esta área governamental, esses conjuntos produzidos não se encaixam nas outras funções. Quanto às subfunções, série e subsérie, estas foram definidas, em função do volume de documentação existente daquele padrão documental, atividades, prazos, e uma forma de organização mais clara para o usuário.

Desta forma, nota-se que o critério preponderante para a construção do plano de classificação do SIARQ, foi à quantificação de documentos produzidos por tal atividade, sendo assim, percebe-se que muitas atividades não foram elencadas no plano e os documentos e tipos documentais produzidas por elas também não ficaram conhecidos, constituindo-se assim em um dos pontos fracos do plano.

Cabe destacar que Rodrigues (2012) defende a ideia de que a Arquivologia caminha para o debate científico, rompendo com o empirismo inicial dos primeiros estudos. Enquanto que Souza (2012) demonstra ser a classificação uma atividade primordial e intelectual, percebe-se assim que a construção deste plano foi embasada em conceitos que estão sendo desconstruídos, em função da busca por uma arquivística contemporânea e científica.

Já de acordo com Lopes (2009) a atividade classificatória consiste em representar ideologicamente as informações que os documentos apresentam, por conseguinte, sabe-se que todas as atividades geram documentos e estes devem ter representatividade em um plano de classificação.

Percebe-se que a construção do plano de classificação do SIARQ carece de teorias e normativas, foi utilizado mais a intuição e a prática cotidiana, foram pensadas no usuário e quem classificaria o documento diariamente, que não seria necessariamente um arquivista. A metodologia utilizada foi baseada nas competências e após partiu-se para a constituição das séries e assim surgiram as funções, tendo como princípio a ideia de que a produção documental é igual em todas as secretarias de estados, então não se levou em conta o órgão produtor e nem as competências individuais de cada órgão governamental, por isto o plano tem duas grandes funções e a terceira referente à segurança pública foi implantada depois, pelo fato de os documentos serem diferenciados e não se encaixarem nas outras duas.

Percebe-se que a opção de não usar a investigação acerca do órgão produtor, como também o não reconhecimento de espécies e tipos documentais para secretarias distintas como, por exemplo, a secretaria de finanças e educação, acarreta inúmeros problemas, empobrecendo o plano de

classificação, reside nesta explanação à argumentação das vantagens de se usar a metodologia de identificação arquivística.

Um fato positivo é que já há uma movimentação no sentido de reformulação do plano, esperase que esta reformatação tenha sua base no reconhecimento do órgão produtor e na tipologia documental e contemple todas as atividades desenvolvidas nas secretarias o eu atualmente não acontece.

Já o plano de classificação do APERJ construído no âmbito do Plano de gestão documental do Estado (PGD) sabe-se que este foi construído tendo como base os procedimentos e instrumentos de identificação arquivística usando a diplomática contemporânea como fundamento metodológico.

Assim, antes da implantação do PGD-RJ, conforme Rodrigues (2008) foram desenvolvidos estudos que apontaram para a necessidade de que se criassem instrumentos de gestão para o tratamento técnico dos documentos administrativos.

Desta forma, a equipe de trabalho sob a coordenação da Secretaria de Estado da Casa Civil e do APERJ, em parceria com a Universidade Federal 94 Fluminense, envolveu profissionais da área dos arquivos e de ciência e tecnologia, sendo oito coordenadores, cento e quinze comissões, trinta subcomissões, quinhentos e setenta e cinco gestores, dois mil oitocentos e setenta e cinco operadores do Sistema de Identificação de Tipologia Documental (SITD), sistema de banco de dados desenvolvido para o PGD-RJ. [...], gerando dados que foram alimentando o SITD.

Deste modo, o primeiro passo foi o reconhecimento de identificação do órgão produtor do documento, por meio de um formulário,

O formulário de identificação continha os seguintes campos: setor, objetivo, estrutura e principais atividades. Após o preenchimento dos formulários, as informações analisadas geraram subsídios para o quadro de identificação de atribuições do produtor,

Foram utilizados como instrumentos de coletas de dados pesquisas e fichamento em livros e periódicos tanto no meio digital quanto no físico. Assim, os dados compilados nas três etapas do processo de identificação foram inseridos no banco de dados do SITD, o qual foi estruturado em dois módulos. O módulo 1 refere-se ao reconhecimento órgão produtor, sendo constituído por duas etapas, na etapa I, são inseridos os dados de identificação do órgão produtor e na etapa II são inseridos os dados de reconhecimento das atribuições e competências.

Enquanto que o módulo 2 refere-se a identificação das tipologias documentais, ou seja as características que apresentam os documentos, onde foram incluídos os metadados da identificação tipológica.

Sobre este plano pode-se fazer a seguinte análise, ao ser construído sobre a base da diplomática contemporânea, usando a metodologia de identificação é passível de ser entendido por todos, pois as tipologias documentais são explícitas e não subentendidas como no plano do SIARQ, neste sentido frisa Rodrigues (2008) a identificação arquivística é uma tarefa de pesquisa científica sobre a gênese documental.

Então nota-se que o plano de classificação do APERJ, trouxe em sua construção a pesquisa exaustiva para se chegarem ao órgão produtor do documento, fato obtido através de formulários aplicados e entrevistas nos locais onde os documentos eram produzidos, e também uma investigação minuciosa nos documentos constitutivos, que gerou subsídios para a construção do quadro de identificação de atribuições do órgão produtor composto por: Competência, funções, atividades e Unidade arquivística.

Para o reconhecimento da identificação das espécies e dos tipos documentais foi usado outro formulário, no qual constam os elementos que caracterizam os tipos documentais que gerou as séries.

Ou seja, o plano de classificação do APERJ, aplicou uma análise crítica e funcional quanto aos elementos internos e externos dos documentos arquivísticos que permitem a identificação do órgão produtor, do elemento funcional e das tipologias documentais e possibilitam a construção de um plano de classificação sob uma base científica.

Neste sentido, aponta-se que as vantagens da construção de um plano classificação elaborada sob os fundamentos da metodologia de identificação arquivística são o conhecimento correto acerca do órgão produtor, suas competências, funções e atividades, e conseqüente uma interpretação com base científica das espécies e tipos documentais, onde todas as atividades e tipologias documentais são reconhecidas no plano, e permite uma classificação de forma eficiente e eficaz.

Desta maneira, percebe-se que os procedimentos permitiram um melhor desempenho do plano de classificação construído sob o viés da metodologia de identificação, porque trouxe lógica ao plano, pois permite que se reconheça o produtor, a espécie e o tipo documental de cada série.

Assim parte-se para as considerações finais.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em referência ao problema da presente monografia: Qual a contribuição da metodologia de identificação arquivística na elaboração de planos de classificação?

Acrescenta-se que esta metodologia confere lógica e cientificidade para os planos de classificação, pois desconstruindo-se o empirismo inicial dos procedimentos arquivísticos caminha-se normatização destes.

Percebe-se que a identificação ao ser empregada como uma função arquivística vem prover uma lacuna qualitativa e instrumental para a uniformização e sistematização dos procedimentos arquivísticos.

Cabe ressaltar que esta metodologia confere inúmeras vantagens para os planos de classificação entre elas pode-se citar o entendimento da composição das séries.

Cumprir destacar que embora a identificação arquivística venha sendo utilizada como metodologia arquivística pela arquivística Ibérica, nota-se que na prática são poucos os casos de suas aplicações, especialmente quando consideramos sistemas de arquivos públicos no Brasil.

Sobre as questões finais, da pesquisa, é interessante perceber como as novas questões e metodologias que se descortinam no ambiente arquivístico contemporâneo perpassando velhos conhecimentos e fundindo se a novos paradigmas, tornam dinâmicas as atividades cotidianas ao mesmo tempo práticas e de domínios cognitivas.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloisa Liberalli, **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BUENO, D. A. **Mapeamento de fluxos documentais como elemento de identificação arquivística no âmbito da gestão de documentos**. Rio de Janeiro: UFF, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LLANSO I SANJUAN, J. **Gestión de documentos: Definición y análisis de modelos**. 1º edición: diciembre de 1993. Bergara: IRARGI, 1993. Disponível em: < <http://eah-ahc.org/pdf/ikerlanak7.pdf> > Acesso em 26 maio 2016.

LOPES, L. C. **A nova arquivística na modernização administrativa**. 2ºed. Brasília: Projecto Editorial, 2009.

MELLO, S. LHAMAS De. **Identificação de tipologia documental como parâmetro para classificação de arquivos universitários**. Niterói: UFFF, 2013.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: universidade de São Paulo. 2008. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/.../8/.../TESE ANA CELIA RODRIGUES.pdf> > Acesso em: 21 jan. 2016.

SOUZA, R. T.B. de A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: INARELLI, H.C; SOUZA, R.T; SANTOS, V.T. dos (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos**. 3ª ed. Distrito Federal: SENAC, 2012, p. 79-173.